

RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS EM EMPRESAS QUE PUBLICAM O BALANÇO SOCIAL

Alfredo Eduardo Kirchner

Resumo:

O debate sobre a participação nos lucros e resultados das empresas sempre vem acompanhado de pelo menos duas firmes posições. A dos defensores de sua existência e a daqueles que não encontram correspondente retribuição para a organização em relação aos dispêndios efetivados. Porém, reinventar esta discussão pode não ser efetivamente produtora, e também não é o que este estudo busca, mas sim a observação de uma etapa posterior a este debate, e que é de muito maior importância que o referido. Assim, este estudo visa saber como as empresas tem efetivamente tratado este assunto. Utilizando-se dos balanços sociais das empresas como base de dados, ele objetiva saber se estas estão fazendo uso deste expediente como formas de responsabilidade social, e em o fazendo em quais níveis estes tem ocorrido. Responder a questão: Como as empresas tem se comportado com relação à participação nos lucros e resultados? Pode parecer simples, mas não o é. Entretanto, pequenos estudos como este, podem no conjunto obter uma satisfatória resposta, estabelecendo um firme marco que pode consolidar uma ou outra posição dos debatedores.

Palavras-chave:

Área temática: *Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social*

RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS EM EMPRESAS QUE PUBLICAM O BALANÇO SOCIAL

Resumo:

Alfredo Eduardo Kirchner

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

akirchner@uol.com.br

Área Temática: Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social

O debate sobre a participação nos lucros e resultados das empresas sempre vem acompanhado de pelo menos duas firmes posições. A dos defensores de sua existência e a daqueles que não encontram correspondente retribuição para a organização em relação aos dispêndios efetivados. Porém, reinventar esta discussão pode não ser efetivamente produtora, e também não é o que este estudo busca, mas sim a observação de uma etapa posterior a este debate, e que é de muito maior importância que o referido. Assim, este estudo visa saber como as empresas tem efetivamente tratado este assunto. Utilizando-se dos balanços sociais das empresas como base de dados, ele objetiva saber se estas estão fazendo uso deste expediente como formas de responsabilidade social, e em o fazendo em quais níveis estes tem ocorrido. Responder a questão: Como as empresas tem se comportado com relação à participação nos lucros e resultados? Pode parecer simples, mas não o é. Entretanto, pequenos estudos como este, podem no conjunto obter uma satisfatória resposta, estabelecendo um firme marco que pode consolidar uma ou outra posição dos debatedores.

RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS EM EMPRESAS QUE PUBLICAM O BALANÇO SOCIAL

1 Introdução

Obter maiores lucros é uma constante no desenvolvimento das atividades diárias das empresas, mesmo que a grande maioria não trate o assunto de forma clara e concisa, mas o sistema capitalista que rege as relações entre as pessoas está centrado em princípios como este.

O crescente aumento de competitividade tem pressionado cada vez mais as estruturas organizacionais na manutenção dos níveis de lucratividade, assim como, os detentores do capital pressionam pelo aumento destes.

Em contraponto a esta situação está a sociedade com seu crescente apelo às empresas, no concernente às questões sociais, e é dentro destas que está inserida, no âmbito interno, a participação nos lucros e resultados.

Oferecer compensações financeiras, que se iniciam com o salário e transitam pela distribuição de participação nos lucros e resultados tem sido há muito tempo estudado pelos pesquisadores, encontrando nestes, os que defendem a idéia de que estas são influenciadas pelos lucros e os que afirmam a situação inversa.

Porém, mais do que defender idéias a respeito da influência entre lucros, salários e participação nos lucros e resultados, verificar como as organizações tem se comportado no tocante a estas questões evidencia na prática a tendência das mesmas com a forma de tratamento a ser dispensada com estes tópicos. E, é justamente nesta situação que está centrado o presente estudo.

2 Objetivos

As organizações sempre buscam a maximização de seu resultado, e efetivar dispêndios, como a participação nos lucros e resultados, pode evidenciar que a mesma está preocupada com a questão produtividade, de forma que a premiação aos seus colaboradores irá lhe trazer benefícios maiores que o próprio valor despendido.

A empresa pode estar se utilizando deste método, como um estímulo extra concedido aos funcionários em vias de incentivá-los ao melhor desempenho no decorrer do ano, ou então, simplesmente procurando utilizar-se do que determina a Lei Federal nº 10.101/2000.

Contudo, verificar qual o intuito empresarial na concessão ou não da participação nos lucros e resultados, não é o que se busca esclarecer através deste estudo.

Porém, saber como as empresas que divulgam o balanço social de acordo com o modelo do IBASE, tem se comportado com relação à questão da participação nos lucros e resultados, seja concedendo ou não a referida participação, e em o fazendo em que nível este é efetivado, é justamente o que visa o presente estudo.

Buscar as tendências nas organizações, e relatá-las para a sociedade, de forma simplificada e sintética, com conclusões concisas, é o que se deve fazer para impulsionar o interesse da mesma na obtenção de fatores reais que possam contribuir para o desenvolvimento econômico de uma nação.

3 Relevância do Estudo

A relação entre ganhos e lucros já é estudada há bastante tempo, no entanto continua a despertar imenso interesse no meio acadêmico, prova disto são estudos constantes e recentes como: O balanço social como fonte de investigação científica: a relação entre lucros e salários de autoria de Zanella e David (2002) apresentado no XXVI Enanpad.

Assim, também tem crescido o interesse acadêmico pelo Balanço Social, como se comprova em estudos reiterados em quase todos os congressos, como: A medição do desempenho social das empresas: O balanço social, de autoria de Ott e Santos (2001) no VIII Congresso Brasileiro de Custos ou a Análise das informações evidenciadas nos balanços sociais de empresas do Rio Grande do Sul – Brasil de autoria de David e Ott (2003) no X Congresso Brasileiro de Custos.

Verificar como as empresas estão se portando frente a um tema tão controverso, onde se percebe pelo menos duas corrente distintas, uma que afirma que ganhos influenciam lucros e a outra declara o inverso, independentemente se o primeiro influencia o segundo ou vice-versa, torna-se de suma importância, pois apresenta a real situação das organizações.

Estudos que corroborem com a verificação da realidade destas situações são de vital necessidade, e a divulgação destes fatos pode proporcionar uma melhor compreensão da mesma e indicar tendências empresariais de formas administrativas atuais.

4 Método de pesquisa e tratamento dos dados

O método de pesquisa a ser desenvolvido é a pesquisa não-experimental descritiva, através do estudo de campo, fazendo uso da estatística descritiva. De acordo com Moreira (2003), no estudo de campo, o investigador observa a situação, sem a manipulação de qualquer variável, para poder estudar as relações entre valores, percepções e condutas dos indivíduos e dos grupos.

A estatística descritiva apresenta dois grandes grupos a serem estudados no presente trabalho, segundo Downing e Clark (1998), estes grupos são as medidas de tendência central, composto pela média, mediana e moda e as medidas de dispersão, da qual fazem parte a variância e o desvio-padrão.

O estudo desenvolvido trata-se de uma pesquisa descritiva, conforme explana Moreira (2003) em seus apontamentos, visto que busca descrever na maior riqueza de detalhes possíveis, utilizando-se da estatística descritiva, como as empresas têm se portado com relação à participação nos lucros e resultados.

Nesta pesquisa descritiva, são verificadas as relações entre as variáveis: a participação nos lucros ou resultados, receita líquida e resultado operacional.

Para uma melhor estratificação dos resultados as informações foram observadas em duas etapas distintas, a saber:

Etapla 1: Todas as empresas com registros nas três variáveis observadas: a participação nos lucros ou resultados, receita líquida e resultado operacional.

Etapla 2: Todas as empresas incluídas na etapa 1, com exceção daquelas que tenham registrado uma participação nos lucros ou resultados igual à zero.

Cada etapa foi dividida em dois grupos, distribuídos conforme segue:

Grupo 1: Empresas com lucro operacional.

Grupo 2: Empresas com prejuízo operacional.

5 Referencial Teórico

Antes de se estudar a questão de participação nos lucros ou resultados sob o ângulo do referencial teórico, que irá dar suporte a este estudo, é preciso buscar um embasamento que diga respeito ao balanço social. O qual é o objeto de onde são extraídos os dados para o comporem o presente estudo, porém para isto é necessário primeiro se falar de responsabilidade social.

Assim, segundo Torres (2004) as primeiras manifestações a respeito da responsabilidade social, surgiram no início do século XX, porém ganhou maior impulso, nos Estados Unidos, somente na década de 60 e na Europa na de 70.

Já, no Brasil, os primeiros indícios de mudança de mentalidade empresarial, surgiram na década de 60. Onde, desde 1961 o balanço social já é alvo de discussões e estudos na Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas, segundo Ribeiro e Lisboa (1999), o que em 1965, culmina na publicação da Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas, segundo Gonçalves (1980).

Torres (2004), ainda esclarece que, o balanço social, teve seu marco inicial na França, no ano de 1972, quando a Singer publicou o seu primeiro balanço social, e já em 1977, os franceses passaram a exigir o balanço social, através da publicação da Lei nº 77.769. Enquanto isto, no Brasil, o primeiro documento do gênero, é considerado o publicado pela Nitrofertil em 1984.

Por conseguinte, no campo acadêmico, em 1980, Ernesto Lima Gonçalves organizou uma coletânea de artigos, publicando o livro Balanço social da empresa na América Latina, inclusive apresentando um modelo de balanço social, desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Empresarial.

O impulso para a popularização do mesmo no país, ocorreu através de Herbert de Souza – o Betinho, a partir de 1997. Desta maneira, o Instituto Brasileiro de Análise Sócio Econômica – IBASE estabeleceu um modelo, o qual é seguido por uma grande gama de empresas.

O modelo proposto pelo IBASE, apresenta seis grandes tópicos, que se subdividem em itens específicos. Estes são assim referidos:

1. Base de cálculo;
2. Indicadores sociais internos;
3. Indicadores sociais externos;
4. Indicadores ambientais;
5. Indicadores do corpo funcional;
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial.

Os dados observados na elaboração deste estudo, estão nos dois primeiro tópicos e são: receita líquida, resultado operacional e participação nos lucros e resultados.

Observada a base teórica da origem dos dados estudados, é imprescindível que se faça referência à questão cerne do estudo, a participação nos lucros e resultados.

A respeito deste assunto, Ducati e Vilela (2001) efetivaram uma interessante comparação entre os conceitos de participação nos lucros e de participação nos resultados, que o IBASE uniu em seu modelo de balanço social.

Entretanto, o conceito de lucro pode ser extremamente complexo e dependerá do enfoque que for dado, como se comprova, no de lucro como valor adicionado, onde Hendriksen e Breda (1999) explicitam: em termos amplos, é

possível encarar a empresa como possuidora de um grande grupo de indivíduos ou partes interessadas, incluindo não apenas proprietários e outros investidores, como também funcionários e proprietários de imóveis alugados.

Além de que, o lucro que aqui interessa é aquele sobre o qual recairá a participação, e doutrinariamente muitos são os conceitos encontrados: lucro como valor adicionado, lucro operacional e lucro líquido, dentre outros, porém as partes é que irão definir sobre qual incidirá a participação.

Situação não adversa ocorrerá com relação ao resultado, onde, em vista da gama ampla de conceitos literários, as partes irão estipular se a participação será sobre o resultado individual, do setor, da entidade ou do grupo, dentre outros.

Seqüencialmente, a Lei Federal nº 10.101/2000, não vinculou diretamente a participação dos funcionários ao resultado ou ao lucro, mas deixou que as partes definissem de acordo com o enunciado da mesma, se esta incidiria sobre o primeiro ou sobre o segundo.

Neste limiar, o referido diploma legal buscou incentivar a adoção desta participação quando, excluiu de sua incidência qualquer encargo trabalhista e assegurou a possibilidade de dedução como despesa operacional na apuração do lucro real, desde que observada as condições estabelecidas no mesmo, dentre as quais é importante destacar a periodicidade do pagamento, que não poderá ser inferior a um semestre civil e nem superior a duas vezes no mesmo ano civil.

Além disso, apesar de não ser objeto deste estudo, não se poderia deixar de mencionar possibilidade de existência da bicausalidade entre participação nos lucros ou resultados e o lucro da organização, assim como Zanella e David (2002) constataram a existência desta em relação aos salários e lucros. Não seria prudente ignorar a possibilidade da existência desta entre as variáveis, objeto deste estudo, mesmo que este não vise à referida comprovação, mas a constatação de como as empresas tem procedido com relação às variáveis: participação nos lucros ou resultados, receita líquida e resultado operacional.

6 Os Dados

Foram observados os dados das empresas que publicaram os balanços sociais no sítio do IBASE, totalizando 212 empresas, relativo aos dados do período compreendido entre 1996 e 2002. Porém, nem todas as empresas publicaram em todos os anos.

Por exemplo, em 2002, apenas 116 empresas publicaram o balanço social pelo IBASE até a data de obtenção dos dados, e já em 2001 este número chegou ao valor máximo de 180 empresas, também neste mesmo ano 20 empresas declararam que a participação nos lucros ou resultados foi nula, conforme está demonstrado na tabela 1, que se segue:

Tabela 1: As empresas e BC – balanço social

Ano	Nº empresas de que apresentaram o BC	Nº empresas de que com todos os dados	Nº empresas de declararam terem distribuído R\$ 0,00
1996	11	5	0
1997	23	9	1
1998	35	21	2
1999	55	32	1
2000	133	85	10
2001	180	131	20
2002	116	98	11

A tabela 1 apresenta sinteticamente como ocorreu à publicação dos dados sob o ponto de vista da participação nos lucros e resultados. Desta maneira a primeira coluna apresenta o ano a que correspondem os balanços sociais, a coluna seguinte apresenta o número total de empresas que apresentaram o balanço social no respectivo ano, sendo que o total de empresas que apresentaram este durante o período foi 212. Já a terceira coluna apresenta o número de empresas que possuíam algum valor nos três itens utilizados na análise, ou seja, receita líquida, resultado operacional e participação nos lucros ou resultados, sendo excluídas aquelas que tinham a falta de algum destes valores. E por fim na última coluna, foram listadas as empresas que haviam declarado uma distribuição de participação igual à zero.

As exclusões da terceira coluna foram necessárias devido ao fato da insuficiência de dados, o que não contribui para a obtenção do nível da referida participação.

As análises foram efetivadas em duas etapas, uma considerando as empresas da quarta coluna e outra descartando as mesmas, com a finalidade de se saber a influência destas no resultado final, e dentro destas etapas houve duas divisões nos dados, as empresas com resultado operacional positivo e as com o mesmo negativo.

A estratificação dos dados mostrou que as empresas com resultado operacional negativo, ou seja, com prejuízo operacional, também efetivaram distribuição de participação nos resultados.

A seguir, na tabela 2, se observa o número total de empresas dividido entre as que obtiveram lucro operacional e aquelas cujo resultado operacional foi o prejuízo, isto somente dentre as que possuíam todos os demais dados utilizados na análise, ou seja, receita líquida, resultado operacional e participação nos lucros ou resultados.

Tabela 2: As empresas e resultado operacional

Ano	Nº empresas com lucro operacional	Nº empresas com prejuízo operacional
1996	5	0
1997	8	1
1998	20	1
1999	26	6
2000	76	9
2001	117	14
2002	81	17

Já a tabela 3, é semelhante à tabela 2, contudo, foram excluídas as empresas que apresentavam uma participação nos lucros ou resultados igual a zero, que são as empresas utilizadas na segunda etapa desta pesquisa.

Tabela 3: As empresas e resultado operacional com participação nos lucros e resultados

Ano	Nº empresas com lucro operacional	Nº empresas com prejuízo operacional
1996	5	0
1997	7	1
1998	18	1
1999	25	6
2000	66	9
2001	101	10
2002	76	11

7 Resultados

No grupo 1 da primeira etapa da pesquisa, os resultados obtidos após a tabulação dos dados, demonstraram que nas empresas pesquisadas, onde ocorreu um resultado operacional positivo, a participação nos lucros ou resultados correspondeu a valores que variavam em média entre 3,7674% e 12,2780% do resultado operacional das mesmas, no período de 1996 a 2002 e entre 0,5062% e 0,9979%, em média, da receita líquida. Conforme se pode constatar ao observar a tabela 4 que se segue.

Tabela 4: A média e a mediana das empresas com lucro operacional

Ano	Média		Mediana	
	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.
1996	0,5062%	3,7674%	0,4290%	3,2633%
1997	0,6224%	5,5570%	0,6608%	4,2011%
1998	0,6901%	4,7669%	0,5661%	3,7655%
1999	0,9979%	12,2780%	0,7431%	6,9027%
2000	0,7358%	10,1595%	0,4770%	3,6771%
2001	0,6298%	7,2652%	0,4087%	3,9198%
2002	0,9045%	10,4528%	0,5589%	6,0511%

Porém, foi constatada a existência de situações inusitadas, como em 1999 e 2000, aonde o percentual de participação em relação ao resultado operacional chegou a mais de 100% do próprio resultado operacional em algumas empresas, como se verifica através da simples observação da tabela 5. Cujas qual apresenta os valores mínimos e máximos da relação percentual entre a participação nos lucros ou resultados e a resultado operacional, assim como, com a receita operacional.

Tabela 5: Os valores mínimos e máximos das empresas com lucro operacional

Ano	Mínimo		Máximo	
	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.
1996	0,0699%	1,1494%	1,0261%	8,8117%
1997	0,0000%	0,0000%	1,2516%	15,3002%
1998	0,0000%	0,0000%	2,0687%	16,0466%
1999	0,0000%	0,0000%	3,4545%	103,6412%
2000	0,0000%	0,0000%	6,1481%	116,3934%
2001	0,0000%	0,0000%	4,5557%	47,4925%
2002	0,0000%	0,0000%	6,1400%	69,9296%

No caso referido anteriormente, em 1999 a empresa CAESB registrou uma participação nos lucros e resultados de 7.429 mil para um resultado operacional de 7.168 mil, o mesmo ocorreu com relação à Escola de Turismo e Hot. Barreira Roxa, cuja qual teve uma participação em lucros ou resultados de 142 mil para uma receita operacional de 122 mil.

Com referência à forma como estes dados ficam alocados em uma distribuição de freqüência, pode-se observar pelos números da tabela 6, que em 1996 e 1997 o índice de participação nos lucros ou resultados em relação à receita líquida, apresenta uma curva de distribuição relativamente plana, ou seja, os dados encontram-se substancialmente dispersos da média. Assim, também, a mesma tabela apresenta o tamanho do intervalo ou amplitude da distribuição de freqüência.

Tabela 6: O intervalo observado e a tendência da distribuição de freqüência nas empresas com lucro operacional

Ano	Curtose		Intervalo	
	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.
1996	-0,513110239	2,582737331	0,00956121	0,076623141
1997	-1,310439359	2,912345105	0,012515589	0,153001976
1998	0,021463425	1,578077517	0,020687031	0,160465897
1999	1,127951011	15,31135008	0,034545164	1,03641183
2000	13,01555935	14,67653459	0,061481118	1,163934426
2001	8,602706751	6,414852782	0,045557309	0,474925274
2002	8,814613175	8,021276649	0,061400202	0,699295896

As medidas de dispersão para a análise efetivada com este grupo de dados, estão resumidas na tabela 7, donde se pode concluir que em 1996 a participação nos lucros e resultados foi a mais estável em relação aos demais anos, e em 2000 a mais instável, isto, se comprova com a observação dos valores do coeficiente de variação.

A teoria exposta por Downing e Clark (1998, p.157), enuncia que “qualquer variável aleatória normal tem 95% de chance de estar a menos de dois desvios-padrão de sua média”.

Assim, é possível afirmar que, teoricamente, 95% dos valores no ano de 2000 referentes à participação nos lucros ou resultados em relação ao lucro operacional, está no intervalo entre -0,280983 e 0,484173. Os números comprovaram que apenas 4 empresas estão fora deste intervalo, de um total de 76, o que efetivamente representa 94,74% das observações, corroborando com a teoria.

Tabela 7: As medidas de dispersão nas empresas com lucro operacional

Ano	Variância		Desvio Padrão		Coeficiente de variação	
	Partic/Rec.Líq	Partic./Result. Op.	Partic/Rec.Líq	Partic./Result. Op.	Partic/Rec.Líq	Partic./Result. Op.
1996	1,372E-05	0,000916602	0,0037035	0,030275428	0,73169576	0,803612787
1997	2,179E-05	0,002102644	0,004668	0,0458546	0,74998486	0,825169169
1998	4,122E-05	0,002019321	0,0064202	0,044936858	0,93028924	0,942692237
1999	0,0001021	0,043895027	0,0101053	0,209511402	1,01264542	1,706400362
2000	0,0001207	0,036591596	0,0109874	0,1912893	1,49321828	1,882859089
2001	5,328E-05	0,008827008	0,0072992	0,093952156	1,15894392	1,293187931
2002	0,0001245	0,019381282	0,0111558	0,139216674	1,23332484	1,331857905

Sequencialmente foram observados os dados do grupo 2 da primeira etapa, cujas empresas apresentaram um resultado operacional negativo. Nestes dados, a análise nos anos de 1996 a 1998 ficou prejudicada, em função de que em 1996 não existem organizações que tenham tido prejuízo operacional e divulgado seu balanço social com os três dados básicos utilizados na análise, assim como, nos anos de 1997 e 1998 somente teve a ocorrência de uma empresa com prejuízo operacional, dentre as analisadas.

Deste modo, a tabela 8 apresenta a média e a mediana dos coeficientes objetos da análise. Onde, observa-se que apesar dos prejuízos operacionais, as empresas efetivaram o registro de participação nos lucros ou resultados. Chegando em 2002, a participação nos lucros ou resultados a representar em média 4,78% do prejuízo operacional. Tendo no mesmo período e índice, que 50% das observações estão abaixo de 1,13%, ou seja, 50% das empresas com prejuízo operacional que apresentaram o balanço social do IBASE no ano de 2002, com os três dados básicos utilizados na análise, têm uma participação nos lucros ou resultados inferior a 1,13% do prejuízo operacional.

Tabela 8: A média e a mediana das empresas com prejuízo operacional

Ano	Média		Mediana	
	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.
1999	1,8351%	3,4665%	0,4852%	1,9469%
2000	0,3980%	2,9311%	0,3546%	1,8482%
2001	0,3629%	2,5745%	0,3245%	0,6121%
2002	0,6809%	4,7819%	0,1557%	1,1397%

Por sua vez, a tabela de número 9, apresenta os valores mínimos e máximos deste grupo de empresas. Onde, há que fazer destaque, ao ano de 2002, o qual apresenta um valor de 27,55% como índice máximo da relação da participação com

o resultado operacional. Em verificação aos dados efetivos do balanço social, se constata que a empresa Shell é que obteve este índice, pois enquanto o seu prejuízo operacional foi de 50.287 mil, a participação chegou a 13.859 mil.

Tabela 9: Os valores mínimos e máximos das empresas com prejuízo operacional

Ano	Mínimo		Máximo	
	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.
1999	0,1061%	0,5160%	8,8472%	12,5475%
2000	0,0218%	0,0781%	0,7534%	11,1111%
2001	0,0000%	0,0000%	2,1454%	15,5830%
2002	0,0000%	0,0000%	5,9388%	27,5598%

Com referência à forma como estes dados ficam alocados em uma distribuição de frequência, pode-se observar pelos números da tabela 10, que em 2000 o índice de participação nos lucros ou resultados em relação à receita líquida, apresenta uma curva de distribuição relativamente plana, ou seja, os dados encontram-se substancialmente dispersos da média. Assim, também, a mesma tabela apresenta o tamanho do intervalo ou amplitude da distribuição de frequência.

Tabela 10: O intervalo observado e a tendência da distribuição de frequência nas empresas com prejuízo operacional

Ano	Curtose		Intervalo	
	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.
1999	5,853143537	4,366502405	0,087410619	0,120314829
2000	-1,601952373	2,57632456	0,007315984	0,110330357
2001	9,722209258	6,422639954	0,021453691	0,155830372
2002	13,57601215	3,755268747	0,059388309	0,275598067

As medidas de dispersão para a análise efetivada com este grupo de dados, estão resumidas na tabela 11, donde se pode concluir que em 2000 a participação nos lucros e resultados foi a mais estável em relação aos demais anos, isto, se comprova com a observação dos valores do coeficiente de variação.

Com relação aos desvios-padrão, é possível afirmar que, teoricamente, 95% dos valores no ano de 1999 referentes à participação nos lucros ou resultados em relação ao prejuízo operacional, está no intervalo entre -0,058061 e 0,127391, os números comprovaram que nenhuma empresa está fora deste intervalo, de um total de seis, o que efetivamente representa 100,00% das observações.

Tabela 11: As medidas de dispersão nas empresas com prejuízo operacional

Ano	Variância		Desvio Padrão		Coeficiente de variação	
	Partic/Rec.Líq	Partic./Result. Op.	Partic/Rec.Líq	Partic./Result. Op.	Partic/Rec.Líq	Partic./Result. Op.
1999	0,0011883	0,00214958	0,0344724	0,046363558	1,87855312	1,337463421
2000	7,768E-06	0,001338061	0,0027871	0,036579518	0,70030339	1,247965642
2001	3,03067E-05	0,00187102	0,0055051	0,043255285	1,51679885	1,680120571
2002	0,0002012	0,006104718	0,0141843	0,078132696	2,0830462	1,633941914

Posteriormente as análises se seguiram, com a exclusão das empresas que declararam uma participação nos lucros ou resultados igual à zero.

Assim, esta etapa de análise se iniciou com as empresas que tiveram lucro operacional, ou seja, fez-se uso dos dados relacionados ao grupo 1 da segunda etapa.

É lógico, pois, que com a exclusão das empresas que declararam participação igual à zero, a média dos índices seria superior, contudo o que observa é que o acréscimo não foi substancial, ficando torno de 0,1000% superior à média sem esta exclusão. Outra constatação proeminente é que a participação média tem sido historicamente em torno de 0,70% a 1,00% da receita líquida.

E, já em relação ao lucro operacional esta tem oscilado em maior número, não apresentado uma constância, conforme se pode perceber ao observar a tabela 12.

Tabela 12: A média e a mediana das empresas com lucro operacional, excluídas as com participação igual zero.

Ano	Média		Mediana	
	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.
1996	0,5062%	3,7674%	0,4290%	3,2633%
1997	0,7113%	6,3509%	0,6687%	4,2674%
1998	0,7668%	5,2965%	0,6528%	3,9020%
1999	1,0378%	12,7691%	0,8657%	7,0755%
2000	0,8473%	11,6988%	0,5401%	4,2124%
2001	0,7296%	8,4161%	0,5225%	4,7392%
2002	0,9640%	11,1405%	0,5969%	6,5735%

Com relação aos valores mínimos e máximos deste grupo de empresas, constata-se que os máximos são os mesmos apresentados na tabela 5, e não poderia ser diferente, pois o grupo de organizações é o mesmo, excluído aquelas cujos valores referentes à participação são iguais à zero, o que obviamente faz com que os valores mínimos de 1997 a 2002 sejam diferentes de zero.

Tabela 13: Os valores mínimos e máximos das empresas com lucro operacional, excluídas as com participação igual zero.

Ano	Mínimo		Máximo	
	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.
1996	0,0699%	1,1494%	1,0261%	8,8117%
1997	0,1088%	3,0267%	1,2516%	15,3002%
1998	0,0486%	0,1100%	2,0687%	16,0466%
1999	0,0393%	0,2739%	3,4545%	103,6412%
2000	0,0006%	0,0015%	6,1481%	116,3934%
2001	0,0188%	0,0496%	4,5557%	47,4925%
2002	0,0343%	0,0804%	6,1400%	69,9296%

Com relação à amplitude ou intervalo os valores são menores que os apresentados na tabela 6, porém os valores de curtose demonstram que de 1996 a 1998 o índice de participação em relação à receita líquida apresenta uma distribuição relativamente plana.

Tabela 14: O intervalo observado e a tendência da distribuição de freqüência nas empresas com lucro operacional, excluídas as com participação igual zero.

Ano	Curtose		Intervalo	
	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.
1996	-0,513110239	2,582737331	0,00956121	0,076623141
1997	-1,05061507	3,537654511	0,011427388	0,122734802
1998	-0,112463344	1,463218401	0,020200558	0,159365647
1999	1,024975905	14,84547469	0,034151705	1,033673069
2000	11,72644642	12,77658895	0,061475314	1,163919351
2001	8,413079951	5,70015647	0,045369207	0,474429686
2002	8,533460957	7,620055105	0,061057384	0,698491951

Em observação às medidas de dispersão para a análise efetivada com este grupo de dados, os mesmos estão resumidos na tabela 15. Onde se pode concluir que em 1997 a participação nos lucros e resultados foi a mais estável em relação aos demais anos, fato que com a inclusão das empresas com participação igual à zero leva esta maior estabilidade para o ano de 1996. E em 2000 a mais instável, fato este também ocorrido mesmo com a inclusão das empresas com valores de participação igual à zero, isto se comprova com a observação dos valores do coeficiente de variação.

Também, se verifica os maiores valores de desvio-padrão no ano de 1999 para o índice que se utiliza do resultado operacional e no ano de 2000 para aquele que faz uso da receita líquida.

Assim, é possível afirmar que, teoricamente, 95% dos valores no ano de 2000 referentes à participação nos lucros ou resultados em relação ao lucro operacional, está no intervalo entre -0,284968 e 0,518944, os números comprovaram que apenas quatro empresas estão fora deste intervalo, de um total de 66, o que efetivamente representa 93,94% das observações, corroborando com o enunciado da teoria.

Tabela 15: As medidas de dispersão nas empresas com lucro operacional, excluídas as com participação igual à zero.

Ano	Variância		Desvio Padrão		Coeficiente de variação	
	Partic/Rec.Líq	Partic./Result. Op.	Partic/Rec.Líq	Partic./Result. Op.	Partic/Rec.Líq	Partic./Result. Op.
1996	1,372E-05	0,000916602	0,0037035	0,030275428	0,73169576	0,803612787
1997	1,804E-05	0,001864891	0,0042477	0,043184385	0,59714972	0,679978029
1998	3,984E-05	0,001959856	0,0063121	0,044270259	0,82316076	0,835837395
1999	0,0001021	0,045070743	0,0101023	0,212298711	0,97340967	1,66259814
2000	0,0001297	0,040392543	0,0113887	0,200978961	1,34411145	1,717940358
2001	5,445E-05	0,009261023	0,0073791	0,096234208	1,01140406	1,14345712
2002	0,0001269	0,019897037	0,0112666	0,141056857	1,16868256	1,266162406

Posteriormente a análise de dados voltou-se para o grupo 2 da segunda etapa. Nestas empresas com prejuízo operacional, excluídas aquelas cujo valor de participação é zero, a média dos índices não tem sido homogênea, conforme é possível perceber ao verificar a tabela 16, que segue:

Tabela 16: A média e a mediana das empresas com prejuízo operacional, excluídas as com participação igual à zero.

Ano	Média		Mediana	
	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.
1999	1,8351%	3,4665%	0,4852%	1,9469%
2000	0,3980%	2,9311%	0,3546%	1,8482%
2001	0,5081%	3,6043%	0,3431%	1,4486%
2002	1,0524%	7,3901%	0,5733%	2,0965%

Em referência aos valores mínimos e máximos deste grupo de organizações, constata-se que os máximos são idênticos aos apresentados na tabela 9, e não poderia ser diferente. Contudo os valores mínimos se alteram nos anos de 2001 e 2002, em decorrência da existência de empresas com valores de participação igual à zero no grupo de empresas que oportunizou a geração da tabela de número 9.

Tabela 17: Os valores mínimos e máximos das empresas com prejuízo operacional, excluídas as com participação igual à zero.

Ano	Mínimo		Máximo	
	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.
1999	0,1061%	0,5160%	8,8472%	12,5475%
2000	0,0218%	0,0781%	0,7534%	11,1111%
2001	0,0518%	0,4609%	2,1454%	15,5830%
2002	0,1143%	0,1007%	5,9388%	27,5598%

O valor relativo à curtose do ano de 2000, no índice que tem como componente a receita líquida, indica a existência de uma distribuição relativamente plana, o que não ocorre com as demais que apresentam tendência oposta. Já com relação à amplitude a mesma é menor que aquela apresentada na tabela 10, com relação aos anos de 2001 e 2002, e idêntica com relação a 1999 e 2000, fato este que decorre da não existência de valores zerados de participação nestes dois últimos anos referidos.

Tabela 18: O intervalo observado e a tendência da distribuição de frequência nas empresas com prejuízo operacional, excluídas as com participação igual à zero.

Ano	Curtose		Intervalo	
	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.	Partic/Rec.Líq	Partic/Result.Op.
1999	5,853143537	4,366502405	0,087410619	0,120314829
2000	-1,601952373	2,57632456	0,007315984	0,110330357
2001	8,174467039	4,468401598	0,020936102	0,151221858
2002	9,338591114	1,653515972	0,058245084	0,274590875

Por fim, a última tabela deste conjunto de análises apresenta as medidas de dispersão deste último grupo observado. Onde se constata que em 2000 o índice que se utiliza da receita líquida é o mais homogêneo deste grupo, assim, como em 2002 aquele que faz uso do prejuízo operacional. Isto quer dizer, das empresas que apresentaram balanço social com base no modelo do IBASE e obtiveram prejuízo operacional com correspondente registro de participação nos lucros ou resultados, o grupo cujo índice é originado pelo quociente entre participação e receita líquida é

mais homogêneo no ano de 2000. E, em relação ao índice originado do quociente entre a participação e o prejuízo operacional, o de 2002 apresenta mais homogeneidade que nos outros anos.

Tabela 19: As medidas de dispersão nas empresas com prejuízo operacional, excluídas as com participação igual à zero.

Ano	Variância		Desvio Padrão		Coeficiente de variação	
	Partic./Rec.Líq	Partic./Result. Op.	Partic./Rec.Líq	Partic./Result. Op.	Partic./Rec.Líq	Partic./Result. Op.
1999	0,0011883	0,00214958	0,0344724	0,046363558	1,87855312	1,337463421
2000	7,768E-06	0,001338061	0,0027871	0,036579518	0,70030339	1,247965642
2001	3,55798E-05	0,002290161	0,0059648	0,047855626	1,17390427	1,327719191
2002	0,0002789	0,007647237	0,0167007	0,087448479	1,5869779	1,183313529

Com relação aos dados de 2002, foi constatado que entre 11 de janeiro de 2004 e 12 de março de 2004 vinte e cinco empresas tiveram seus dados acrescidos à base de dados do IBASE, o que denota, muito provavelmente, que no futuro o número de empresas com o balanço social de 2002 publicado na referida base de dados seja superior.

8 Conclusões

Apesar do aparente decréscimo motivacional das empresas em apresentar à sociedade as suas ações sociais, consubstanciadas na elaboração do balanço social do IBASE, que se tem com a simples observação da tabela 1, onde em 2002 ocorre um decréscimo no número de balanços sociais apresentados, se verifica o inverso, pois de 1996 a 2001 o crescimento tem sido quase que exponencial.

E com relação aos dados de 2002, se observou que em um curto espaço de dois meses em 2004, houve 25 novas publicações, fato este que denota uma relativa demora na publicação dos dados. Esta pode decorrer da eventual falta de material humano para elaboração desta demonstração, considerando-se que empresas menores não disponham de alguém exclusivamente preocupado com o balanço social, ou ainda, a referida demora pode decorrer de um relativo desinteresse da entidade com o social, ou ainda, eventualmente relegar o mesmo a um segundo plano.

Outra interessante constatação foi a de que muitas empresas divulgam o balanço social com dados em branco, fato este que obrigou a exclusão de 173 conjuntos de dados de empresas de um total de 553, para a conclusão deste estudo.

Os números apontam para uma maior homogeneidade de índices quando se compara a participação nos lucros ou resultados com a receita líquida da empresa, homogeneidade esta, que é maior no primeiro grupo de empresas da segunda etapa do estudo. Isto pode indicar uma eventual relação entre a receita líquida das empresas com lucro operacional, que registraram participação nos lucros ou resultados, com a própria participação.

Assim, também, constatou-se que mesmo empresas do grupo 2, as com prejuízo operacional, têm registrado participação nos lucros ou resultados, ficando evidenciado que a referida participação pode não está centrada unicamente no lucro, mas também, estar ocorrendo em diversas fases do processo produtivo.

Na busca pela melhoria do processo de divulgação das ações sociais das

organizações, o balanço social ganharia em qualidade caso apresentasse uma divisão entre participação nos lucros e participação nos resultados. Isto possibilitaria que análises como as do parágrafo anterior fossem mais precisas, o que consequentemente poderia demandar um novo estudo o qual visasse responder interrogações a respeito do momento e da finalidade com que esta participação ocorre.

Outra afirmação possível é, de que as empresas com lucro operacional e consequente distribuição de participação nos lucros ou resultados com correspondente preocupação nas questões sociais, tem historicamente registrado uma participação nos lucros ou resultados equivalente a faixa de valores de 0,70% a 1,00% da receita líquida da mesma.

Dentre o total de balanços sociais analisados que dispunham dos três dados básicos utilizados nesta pesquisa (receita líquida, lucro operacional e participação nos lucros ou resultados), é possível afirmar que em 88,19% destas demonstrações ocorreu o registro da participação nos lucros ou resultados, ou seja, de 381 balanços sociais analisados, 336 apresentavam o respectivo registro.

Este estudo se propunha a verificar como as empresas que publicam o balanço social do IBASE, tem se comportado com relação à participação nos lucros ou resultados, e caso estejam efetivando a distribuição desta, em que níveis isto tem ocorrido. E foi o que buscou incessantemente fazer, explanando para a sociedade a forma como as organizações têm se preocupado com questões sociais relacionadas com seu público interno, mas que neste caso, podem de forma indireta influenciar o seu próprio resultado econômico-financeiro, através de seus colaboradores.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.** Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências. Brasília, 2000.

DAVID, Afonso Rodrigo de; OTT, Ernani. **Análise das Informações Evidenciadas nos Balanços Sociais de Empresas do Rio Grande do Sul – Brasil.** In: X Congresso Brasileiro de Custos, 2003, Guarapari. *Anais*.

DUCATI, Erves; VILELA, Eduardo S. **A participação nos lucros ou resultados e a avaliação de desempenho.** In: XXV Enanpad, 2001, Campinas, *Anais*.

DOWNING, Douglas; CLARK, Jeffrey. **Estatística Aplicada.** São Paulo: Saraiva, 1998.

GONÇALVES, Ernesto Lima. **Balanço Social da empresa na América Latina.** São Paulo: Pioneira, 1980.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

IBASE. **Banco de dados do IBASE.** Disponível em: < www.balancosocial.org.br >. Acesso em 12/03/2004, 2004.

MOREIRA, Daniel Augusto. **Introdução à pesquisa científica**. FECAP. Disponível em < http://www.fecap.br/dmoreira/textos_metodologia_03.htm >. Acesso em 22/02/2003, 2003.

OTT, Ernani; SANTOS, Tatiani Ramos dos. **A Medição do Desempenho Social das Empresas: O Balanço Social**. In: VIII Congresso Brasileiro de Custos, 2001, São Leopoldo. *Anais*.

RIBEIRO, Maisa de Souza; LISBOA, Lázaro Plácido. **Balanço Social: Instrumento de Divulgação da Integração da Empresa com a Sociedade**. In: XXIII Enanpad, 1999. *Anais*.

TORRES, Ciro. **Um pouco da história do balanço social**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3&sid=3>>. Acesso em 11.01.2004.

ZANELLA, Fernando Caputo; DAVID, Afonso Rodrigo de. **O Balanço Social como Fonte de Investigação Científica: A Relação entre Lucros e Salários**. In: XXVI Enanpad, 2002. *Anais*.